

Balanço 2011

*Figuras do Ano
Acontecimentos*

Mortes

Fotos

Frases

A Europa entre Cartago e Filadélfia

Por Viriato
Soromenho-Marques

2011 foi o ano em que o Governo alemão (e não o povo alemão, entenda-se) tomou nas suas mãos a inteira responsabilidade pela condução da «crise das dívidas soberanas». Foi o ano em que o «método comunitário» passou a ser uma memória histórica. O Tratado de Lisboa foi metido na gaveta, com o intergovernamentalismo a ocupar toda a cena. O Parlamento Europeu passou a ser uma invisível câmara de debates entre Estados. A Comissão Europeia, um órgão dispensável, pois os tratados de que ela é a «guardiã» são agora apenas textos facultativos. O presidente do Conselho Europeu, um mero mestre-de-cerimónias. 2011, foi o ano em que todo o poder sobre o que serão as perspetivas de vida e futuro de quase



500 milhões de almas europeias ficou cativo das vicissitudes de uma conjuntural cumplicidade germano-gaulesa.

A Alemanha e o 'encarniçamento terapêutico'

Ao contrário do que confienciava António Vitorino, numa recente entrevista, o crucial problema europeu não reside no facto de a Alemanha não saber usar a razão que lhe assiste. O problema é mais grave: a Alemanha não tem razão. Berlim tem conduzido a crise europeia a partir de um diagnóstico fundamentalmente errado da patologia de que sofre a Zona Euro, confundindo sintomas com causas. 21 de julho, 26 de outubro, 9 de dezembro são etapas de uma série de conselhos europeus que constituíram, metaforicamente falando, outros tantos atos médicos falhados. Uma espécie de «encarniçamento terapêutico», ao con-

trário. Em vez de prolongar, futilmente, a vida de um doente terminal, transforma a Zona Euro, que é um corpo ainda funcionalmente são, num eventual doente sem esperança.

A trave mestra do diagnóstico alemão é fácil de entender: a origem da crise das dívidas soberanas reside na «indisciplinada» orçamental de alguns estados, que não cumpriram as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), sobretudo os limites ao défice orçamental (3% do PIB), e à dívida pública (60% do PIB). A terapia parece óbvia: apliquemos as receitas de austeridade do FMI e reforçemos as regras de disciplina do PEC, dando-lhes uma âncora constitucional em todos os países. Os povos têm de empobrecer para que as finanças públicas se restabeleçam. Depois disso, tudo correrá bem, e eles poderão reconquistar o «acesso aos mercados». É uma

história simples de contar. A única dificuldade reside no facto de ser desmentida frontalmente pela realidade.

Na verdade, a crise das dívidas soberanas é a consequência do erro de desenho matricial da UEM. Economistas tão diferentes como Krugman, Stiglitz, Feldstein ou Friedman, nos EUA, ou J.F. Amaral e J. J. Rosa, na Europa, alertaram para esse perigo. A alienação dos poderes soberanos de emitir e desvalorizar a moeda, sem ser acompanhada pela existência de um verdadeiro banco central, de uma harmonização fiscal, de um orçamento europeu efetivo – dirigido ao desenvolvimento sustentável e coesão social – de uma Comissão eleita para governar em nome do interesse europeu, numa esfera constitucional própria e legítima, acabariam por tornar a UEM numa construção frágil e monstruosa: um cartel de países (mas também de bancos e empresas), amparados por uma moeda única, mas com diferenças de competitividade entre as várias economias nacionais, agravadas pelo acesso fácil ao crédito. Essa quimera morreu em 2010.

Berlim, movida pelo egoísmo de curto prazo, em vez de compreender que é preciso completar o que falta para fazer da UEM um instrumento ao serviço do interesse comum europeu (incluindo o do povo alemão), insiste em ressuscitar a lógica do cartel, através da usurpação de poderes nacionais, sem legitimação democrática, e contra a letra e espírito dos tratados. Só a mudança estrutural da UEM atacará as causas do problema existencial da Europa. Berlim, pelo contrário, propõe uma terapia de austeridade, que, ao atacar apenas os sintomas, condenará a UE à agonia e à implosão.

2012: o ano de todos os perigos

Os países da Zona Euro fecharam-se sobre o seu umbigo, alheios às moveidas placas tectónicas do mundo em volta. Antes, fator de estabilidade, a Europa pode ser hoje o epicentro de uma destrutiva reação em cadeia, de alcance global. Na China, existem sinais alarmantes de uma bolha imobiliária a caminho de uma fase crítica de enchimento. O Japão retrai-se, sob o peso de uma dívida pública que se aproxima dos 240% do PIB. Nos EUA, entramos num ano de eleições presidenciais, propício

à imprudência, catalisada pela irresponsabilidade dos adversários de Obama. O pânico cresce, e com ele os riscos de protecionismo, contração económica, instabilidade política e social.

A Europa entra em 2012 com a crisão entre banqueiros e ministros. Pelejas franco-britânicas, com azedume alemão. No mundo real, onde a nossa vida se vai decidir, a apreensão não consente tréguas. Logo em janeiro, muitos países europeus, incluindo talvez a França, assistirão à desclassificação das suas dívidas públicas, por uma ou várias agências de notação financeira. Isso

Se a Zona Euro sucumbir, será a terceira vez num século que a Europa se suicida, com a Alemanha no posto de comando

será acompanhado pelo calvário de uma Itália que terá de ir ao mercado à procura de crédito para resolver dívidas que atingem a maturidade: 28 mil milhões, em 1 de fevereiro; 16 mil milhões, a 1 de março. Quem espera que sejam os bancos a salvar os estados, agora que podem pedir empréstimos a três anos ao BCE, está redondamente enganado. A banca europeia também tem o seu umbigo. Em 2012, ela saldará 650 mil milhões de euros de dívidas, mas só sobrarão centimos para os cofres dos estados.

Escolher entre Cartago e Filadélfia

A gestão alemã da crise europeia está a liquidar o mercado da dívida soberana na Europa. A Alemanha só sentirá isso quando os investidores, ao compreenderem que nem Berlim é um porto de abrigo, penalizarem o *roll over* da dívida

germânica com uma subida rápida e brutal das taxas de juro. Nessa altura, o processo de desmantelamento desordenado da Zona Euro poderá então ser inevitável. No abismo, a única lei que impera é a da gravidade. Na voragem da Zona Euro será devastado muito do que são as poupanças, a propriedade e os postos de trabalho das famílias europeias. O edifício legal e institucional da UE cairá, arrastando nos seus escombros o conforto e a segurança das leis comuns e do mercado interno. Sem ele não haverá escala nem estímulo para a inovação, para a excelência. Sobreviverá o mais básico, o mais elementar, o mais urgente. Regressarão as fronteiras...

Se a Zona Euro sucumbir, será a terceira vez num século que a Europa se suicida, com a Alemanha no posto de comando. Assim como Cartago não se reergueu da derrota na Terceira Guerra Púnica, a Europa encontrará aqui o seu crepúsculo histórico definitivo. Passará de realidade política a mero apêndice geográfico da Ásia.

Mas os dados não estão todos lançados. O futuro da Europa não é propriedade exclusiva de chanceleres e presidentes. O tempo urge, mas existe ainda uma margem estreita para uma estratégia de sobrevivência e renascimento da unidade e solidariedade europeias. Este é o crucial momento «federador» da Europa, no sentido de Jean Monnet, desde 1950, pois é uma escolha de vida ou morte que o impõe. No curto prazo, importa encontrar uma coligação de países que se mobilizem em torno da única solução que poderá evitar o colapso: que o Eurossistema (BCE mais bancos centrais nacionais) possa funcionar, temporária e condicionalmente, como garante do refinanciamento da dívida pública dos estados.

No médio prazo, é preciso desencadear, através dos parlamentos nacionais e da sociedade civil, um processo de refundação constitucional da União Europeia, que coloque os cidadãos no centro da política europeia. O tempo da «Europa furtiva», feita nas costas dos povos, terminou. Nada ficará como antes. A nova geografia política da Europa começará a ser desenhada em 2012. Nas urnas e nas ruas. O combate será entre a cidadania e o federalismo de um lado, e o populismo chauvinista do outro. Todos teremos de escolher. ■